

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, às quinze horas, na plataforma Webex, ocorreu, de forma online, a 1ª reunião do Comitê de Gestão e Monitoramento de APM. Fizeram-se presentes: Marília Marreco (Sema); Edgar Fagundes (Sema); Leonel Generoso (Sema); Nathalia Tolentino (Sema); Rodrigo Souza (Sema); Elisa Meirelles (Sema); Patricia Valls (Sema); Mona Bittar (Sema); Amanda Meireles (Sema); Vicente Lima (Seduh); Heloisa Azevedo (Seduh); Silvia Lazari (Seduh); Camila de Carvalho (Seduh); José Mário Pacheco (Seduh) e Aline Oliveira (Seduh). Após apresentação de todos os presentes, Heloisa perguntou quem seriam os titulares por parte da Sema no Comitê, a Secretária Executiva da Sema, Marília Marreco, esclareceu que as representantes são ela e Elisa, que é a substituta do atual subsecretário de Gestão das Águas e Resíduos Sólidos. Marília explicou que esta primeira reunião foi pensada para ser a instalação do Comitê, abordando uma visão geral das Áreas de Proteção de Mananciais, mostrando suas localizações. Um primeiro instrumento para a proteção é a localização dessas Áreas estarem dentro de Unidades de Conservação, que possuam Plano de Manejo que contemple a existência da APM, inclusive em uma zona de uso mais restrito em termos da UC. Destacou que foram feitos um resumo sobre as APMs e um levantamento sobre todos os processos que estão tramitando em relação a essas Áreas, ou em termos de licenciamento ambiental ou em função de demandas do Ministério Público, devendo o Comitê começar a trabalhar nesses processos na próxima reunião. Edgar apresentou o quadro geral das APMs, explicando que também elaborou uma planilha que lista todas as 26 APMs, mais o Descoberto, mostrando as áreas, áreas das bacias, UC envolvida, localidade e algumas observações em relação às ocupações. Sobre o Descoberto, Vicente pontuou que o grupo deve focar em tratar das APMs que são territorialmente definidas, se for abarcar todo o zoneamento ambiental e todas as restrições que existem dentro do zoneamento, será muito trabalhoso para o Comitê. Elisa frisou que dentro dessa zona de uso controlado, existem duas APMs. Marília destacou a importância de se discutir a situação da APM do Bananal, tendo em vista que está totalmente ocupada pelo assentamento 26 de Setembro, sendo uma área que será desafetada futuramente. Elisa acrescentou que o lixão da estrutural está em uma área próxima a essa APM. Marília indagou o motivo do Bananal ter sido incluído como APM. Leonel explicou que foi colocado por haver uma nascente que influencia diretamente na água que desce para o parque. Vicente perguntou se essa área será desafetada pela Sema. Marília explicou que a Secretaria não pode desafetar por ser uma área federal, porém foi negociada uma proposta com o ICMBio. A ideia é nas quatro áreas da FLONA deixar na íntegra a área 1 e 4, e a área 3 ser transformada em Parque Distrital com o desafetamento do Assentamento Maranata. O ICMBio será

compensado pelas desafetações com acréscimo de área adjacente à REBIO da Contagem. Já existe uma proposta de Projeto de Lei tramitando na Casa Civil. Do ponto de vista ambiental, não haveria perdas por se tratar de áreas que já foram descaracterizadas. Edgar ressaltou a necessidade de serem feitos ajustes nas poligonais, por possuir traçados muito retilíneos e poucos pontos definindo as poligonais, às vezes aparecendo “barrigas” que não se sabe o porquê de estar ali, acarretando em pouca precisão. Silvia esclareceu que em uma reunião com a CAESB foi explicado como tinha sido feito todo o trabalho, e que essas “barrigas” que aparecem são áreas destinadas à complementação de área. Edgar destaca a necessidade de ter o apoio da CAESB e da ADASA para avaliar melhor as situações das APMS. Finalizada a apresentação, Marília pontuou que com esse panorama geral das situações, deve ser feita uma análise de ordem de prioridade, podendo ser feita em função de pressão que essa APM tenha, em função de demanda de proteção ou em demanda de ação do Ministério Público. Vicente relatou que para a revisão do Plano Diretor, é necessário saber quais devem ser mantidas e preservadas como ponto de captação enquanto áreas de proteção de manancial e as que não possuem captação ou nunca tiveram, devem ser discutidas com a CAESB para saber qual a motivação. Utilizar as APMs como uma reserva futura de captação não é sua função. Sugeriu que seja feito um trabalho conjunto para complementar as informações apresentadas pela Sema com os diagnósticos que já se tem do Plano Diretor, fazendo uma sobreposição com os instrumentos que o próprio ZEE fala. Devendo o Comitê trabalhar em duas frentes, tanto nos processos quanto nos diagnósticos. Heloisa destacou a necessidade de organizar como o Comitê irá funcionar, definindo questões sobre os representantes, participação dos órgãos colaboradores nas reuniões, quem ficará encarregado de fazer as relatorias nos casos de processos. Marília esclareceu que o funcionamento do Comitê pensado é na realização dos trabalhos de forma conjunta, fazendo uma primeira reunião com somente Sema e Seduh para mostrar a situação das APMs, analisar o que é mais emergencial e fazer a programação de trabalho do Comitê. Terão reuniões onde somente participará Sema e Seduh, e outras onde os colaboradores e outros órgãos relevantes estarão presentes. A primeira tarefa, como levantado pelo Vicente, é fazer a complementação do diagnóstico inicial com informações mais detalhadas para ter um diagnóstico mais efetivo. Outro ponto é a elaboração de uma proposta de documento de Acordo de Cooperação que será feito entre o Comitê e os órgãos cooperantes. Na primeira reunião feita com todos os colaboradores, devemos apresentar uma agenda de trabalho, mostrando o que vamos demandar desses órgãos e o que deve ser demandado do Comitê. A relatoria dos processos vai depender de como chegaram, se é solicitando um posicionamento da Sema ou enviados ao Conam, não tem como ter um modelo padrão de respostas. Pode ser

feito o alinhamento de posições e cada instituição responder, a depender da solicitação e do segmento de resposta. Cabe ressaltar que o Comitê deve trabalhar em um fluxograma para que dê andamento correto a todos os processos. Sobre o diagnóstico, Silvia pontuou que no Processo 00390-00006030/2018-01 tem o Relatório Técnico (15982825) feito pela Seduh, na época do PICH, em seu item 4 aborda sobre a Matriz de Priorização de APM, onde os pontos colocados podem ser levantados pelo Comitê. Em relação às áreas que estão mais ocupadas, com os levantamentos do REURB, feitos pela Seduh, consegue-se acrescentar informações ao diagnóstico. Marília deu um panorama sobre os processos relacionados à APM, destacando a APM do Pipiripau, quanto à possibilidade de ocupação e viabilidade de implantação de parcelamento rural, APM Mestre D'armas, sobre parcelamento de solo rural no Lago Norte, APM Córrego dos Currais e APM Barroão. Heloisa informou que a Seduh não pode fazer nenhuma manifestação nos processos de licenciamento ambiental enquanto não tiver pareceres sobre impactos ambientais e recursos hídricos. Ficou definido a realização da próxima reunião, incluindo órgãos colaboradores, no dia 17 de novembro, quinta-feira às 15 horas, para apresentar os objetivos do Comitê e iniciar as discussões em torno dos dois processos referentes à APM. Vencidas as pautas, a reunião foi encerrada.